

Comissão constitucional entrega hoje

Comissão Provisória

Quinta-feira, 18 de setembro de 1986 — POLÍTICA — 5

seu antepro- (sic)



Izabel Cristina

Da Sucursal de Brasília

O jurista Afonso Arinos de Melo Franco e quase todos os membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais entregam hoje, às 15h, ao presidente José Sarney, o anteprojeto de Constituição que elaboraram, em um ano e quatorze dias de trabalho, para servir de "subsídio" ao Congresso constituinte a ser instalado no início de 1987. A proposta, no entanto, passa às mãos do presidente sem a garantia de que seja encaminhada aos deputados e senadores constituintes. Seu destino, conforme reconhece o próprio Arinos, pode ser a gaveta.

Durante a última reunião de trabalho da comissão, realizada ontem, na Universidade de Brasília, o empresário Sérgio Quintella, 51, foi o único a manifestar divergência em relação ao texto final. "O anteprojeto" — disse — "discrimina o capital, ainda que nacional. Repudia a acumulação, independente da forma que é obtida e de sua destinação. Além disso, traz uma profunda e indevida intervenção do Estado na economia". Por esta e outras teses, Quintella declarou-se integrante do grupo que a partir de agora criticará a proposta, procurando mostrar os "enganos" cometidos pela comissão.

Ao contrário do que se previa, o professor da Escola Superior de Guerra (ESG) Ney Prado, 56, não insistiu em manifestar, neste último encontro, as suas críticas. Ao longo dos trabalhos, Prado fez carga contra propostas como a manutenção da reserva de mercado para a informática, por exemplo. Prado também divergiu seriamente da comissão quando defendeu a possibilidade de intervenção das Forças Armadas na manutenção da ordem interna do país. Finalmente, chegou ao rompimento com Arinos e com quase todos os outros membros quando forneceu para publicação pela imprensa cópia do anteprojeto ainda em versão não



Reale Jr. defende o texto das críticas

O jurista Miguel Reale Jr., 42, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, disse ontem que "simplesmente" não entende as críticas feitas por 802 juizes de São Paulo que subscreveram um documento (apresentado ao Congresso dos Magistrados Brasileiros) contra o anteprojeto de Constituição que será hoje entregue ao presidente Sarney. O jurista disse que o texto final da comissão "resolve" os principais problemas do Poder Judiciário.

Reale Jr., ex-secretário estadual da Segurança Pública de São Paulo, disse que a criação de um Tribunal Superior de Justiça, prevista no anteprojeto, terá um papel fundamental na agilização da Justiça, aliando a isto a possibilidade de criação de tribunais regionais de Justiça. "Em nada a proposta merece o Judiciário", afirmou, acrescentando que o anteprojeto prevê também a autonomia financeira e administrativa tão reclamada pelos juizes.

definitiva. Junto com a cópia, Prado assinava artigo classificando o trabalho de "demagógico e utópico".

Ontem, o professor Cândido Mendes, 60, conclamou a todos para uma "sadia conspiração" destinada a garantir a mais ampla divulgação do anteprojeto, sobretudo junto à população, e pediu uma edição popular do texto, em "papel que tenha o cheiro do povo". O cientista político Hélio Jaguaribe, 62, aliou-se também às numerosas manifestações de defesa da proposta, e respondeu à crítica do empresário Sérgio Quintella dizendo acreditar que a fórmula encontrada pela Comissão caracteriza-se pela preservação e defesa da economia de mercado.

O jurista Afonso Arinos preside última reunião da Comissão na UnB

Ans - Const

ANC - CPEC

X